

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SINDSEF-SP FILIADO À **CSP**
Cobertores

DIREITO À MORADIA



“Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito”

Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que o déficit habitacional no Brasil chegou a 7,78 milhões de unidades habitacionais em 2017. Por outro lado, a pesquisa da Fundação João Pinheiro, com base em dados do IBGE, diz que há pouco mais de 7,9 milhões de imóveis vagos em todo o país.

Na cidade de São Paulo, a maior da América do Sul, 105,3 mil pessoas foram abordadas em situação de rua no ano passado pelos assistentes sociais da prefeitura. O déficit habitacional quantitativo, que se refere à necessidade de construção de novas moradias, está estimado em 474 mil domicílios.

Enquanto faltam habitações e milhares de pessoas são largadas à própria sorte sujeitas a morrer de frio nas marquises e praças públicas, a



Ocupação Capão das Antas

cidade possui 1.385 imóveis ociosos, que estão abandonados, subutilizados ou terrenos sem edificações, e outros 290 mil imóveis à espera de moradores. Têm casas disponíveis para morar, mas não tem quem tenha dinheiro para compra-las.

Além do déficit habitacional, existem 1,2 milhão de pessoas morando em áreas irregulares na capital. Há, ainda, 830 mil domicílios localizados em assentamentos precários que

precisam de regularização fundiária e de algum tipo de melhoria.

O problema da falta de moradia mostra uma das tantas faces cruéis do capitalismo. É quando o Estado possui a solução para um problema em suas mãos, mas prefere deixar o ser humano morrer sem dignidade do que mexer no lucro dos ricos. Na verdade, não faltam casas, apartamentos ou terrenos para construir novas habitações. O fato é que a es-

peculação imobiliária prevalece, apesar de ter sido limitada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001), que regulamentou artigos da Constituição Federal de 1988 sobre a função social da propriedade e da cidade. Em São Paulo, 1% dos donos de imóveis concentram 45% do valor imobiliário.

O profundo déficit habitacional da cidade de São Paulo e a ausência de uma política habitacional efetiva do Estado para enfrentar o problema nos últimos 30 anos fizeram explodir o número de movimentos sociais de luta por moradia: já são pelo menos 150 só na capital.

No total, existem neste momento mais de 200 ocupações em toda a cidade, majoritariamente no centro, que albergam quase 46 mil famílias, de acordo com informações do GI. Geridas pelos movimentos de luta por moradia, essas ocupações são a esperança de toda gente que vive às margens da sociedade.

Foto: Luta Popular

Não à criminalização dos movimentos sociais!

Após o trágico incêndio que levou à ruína o Edifício Wilton Paes de Almeida (de propriedade do governo federal) no Largo do Paissandu, deixando quase 200 famílias desabrigadas em 1º de maio de 2018, a grande mídia noticiou que os movimentos sociais estavam se aproveitando da vulnerabilidade das pessoas ao cobrar taxas abusivas.

A maioria dos movimentos não cobra taxa alguma para quem quiser se somar, mas apenas o comprometimento com a luta. Alguns cobram uma contribuição simbólica

para cobrir os custos de manutenção do espaço coletivo.

A criminalização dos movimentos sociais e a narrativa da culpa das vítimas tomou lugar do que deveria ser o foco: no Centro de São Paulo há centenas de prédios abandonados que não cumprem nenhuma função social e que o Estado tem a responsabilidade de garantir o direito constitucional à moradia digna.

Por trás da tragédia está o descumprimento da Constituição Federal no que diz respeito à aplica-

ção do inciso XXIII, do artigo 5º (função social da propriedade) e o artigo 6º (“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”).

As famílias que vivem em ocupações são vítimas do descaso, da irresponsabilidade do Estado e da especulação imobiliária – que impõem alto custo de habitação, sobretudo nas áreas centrais.

SOLIDARIEDADE

Na época, o Sindsef-SP fez uma campanha de arrecadação de doativos para as famílias do Paissandu, assim como fez em prol das famílias da ocupação Esperança, organizada pelo Movimento Luta Popular, em Osasco, e antes, em benefício da ocupação Pinheirinho, cuja operação de reintegração de posse no ano 2012 acabou com mais de 20 feridos pela ação de 1.800 homens das forças de segurança, policiais envolvidos em casos de abuso sexual e pelo menos 1.700 famílias desalojadas.



SOMOS TODOS PINHEIRINHO: LIÇÃO DE LUTA

O Pinheirinho era a maior ocupação urbana da América Latina. Sua organização foi tema de estudos de engenharia e arquitetura, de trabalhos acadêmicos, entre outros.

Durante 8 anos, trabalhadores e trabalhadoras transformaram um terreno abandonado de 1,3 milhão de metros quadrados num bairro com ruas, plantações, pequenos comércios, igrejas. A área pertencia à massa falida da empresa Selecta, do megaespeculador Naji Nahas, duas vezes condenado por crimes financeiros.

O sol ainda não tinha terminado de nascer, no dia 22 de janeiro de 2012, quando aproximadamente 9 mil pessoas foram acordadas com explosões de bombas, barulho de helicópteros, tiros, cavalos e gritos. Foi uma ação brutal de despejo, marcada por atentados bárbaros aos direitos humanos.

A truculência comandada pelo então governo de Geraldo Alckmin (PSDB) causou comoção nacional e internacional, impulsionando a campanha “Somos todos Pinheirinho”.

Os sem-teto continuaram organi-

zados. Reuniam-se em assembleias semanais ou quinzenais e deram continuidade a sua luta por moradia. Em 2014, eles tiveram uma grande vitória: conquistaram a construção do conjunto habitacional Pinheirinho dos Palmares, num terreno de 645 mil metros, na região sudeste de São José dos Campos. A luta passou a ser pela pressão para receber as casas.

O despejo da ocupação do Pinheirinho é lembrado para que a ação criminosa não se repita. O Pinheirinho virou exemplo internacional de luta.



Despejo do Pinheirinho

Foto: RD Teixeira

A RESISTÊNCIA DA OCUPAÇÃO ESPERANÇA

A ocupação Esperança, iniciada em 2013, reúne mais de 500 famílias sem-teto num terreno alvo de especulação imobiliária, há 35 anos ocioso e acumulando dívidas relativas a impostos. Seus moradores suportaram tentativas de despejo, ameaças de morte e um incêndio suspeito nos três primeiros anos, até que em 2016 um grave incêndio destruiu tudo o que construíram.

O fogo, que arruinou 40% das moradias, aconteceu três dias depois de o então prefeito, Jorge Lapas, ter ido à Ocupação anunciar a publicação do Decreto de Desapropriação do terreno.

Em agosto de 2019, a Esperança comemora 6 anos de existência e

resistência. O que antes era barro e barracas de lona, hoje é um bairro com casas de bloco, ruas projetadas, creche “Filhos da Luta” – feita com o apoio de estudantes e professores que fazem extensão universitária em arquitetura.

Nas ocupações, as crianças aprendem com o trabalho coletivo, nas assembleias e na luta comunitária, que também têm voz e são parte importante da construção de uma nova realidade onde todos e todas tenham vida digna.

Apesar das diversas vitórias conquistadas até hoje nesses 6 anos, até hoje o movimento Luta Popular e os lutadores da ocupação ainda batalham na prefeitura pela regularização da área.



Crianças da Ocupação Esperança

Foto: Romerito Pontes

EMPATIA

Uma nota do Movimento Luta Popular diz: “Quando um dos nossos é atingido, todos somos”. Nesta perspectiva, mesmo passando por dificuldades, aquelas pessoas tão carentes da Ocupação Esperança, doaram alimentos, água e roupas para os desabrigados do Paissandu na ocasião do incêndio. “Quem já passou por isso, de perder tudo, sabe o que é essa situação”, disseram lideranças da Esperança. Os moradores também manifestaram total apoio às famílias da Ocupação Jardim União, ameaçadas de despejo.

OCUPAÇÃO JARDIM UNIÃO

Assim como a ocupação Esperança, a ocupação Jardim União, localizada na zona sul de São Paulo, resiste há quase 6 anos. Cerca de 600 famílias se organizam em assembleias e mutirões num terreno pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), do governo estadual.

Os moradores se preocupam com a estrutura das casas – a maioria de alvenaria, a circulação de ar, a drenagem do solo, os espaços coletivos, de

lazer e de circulação, além da manutenção de uma horta coletiva.

A auto-organização dos moradores fez com que hoje existam as mais diversas atividades educacionais e culturais para as crianças e adolescentes que ali vivem, como aulas de capoeira e um time de futebol, etc.

Em junho de 2016 foi estabelecido um acordo judicial entre o movimento e a CDHU para que a demanda das famílias fosse incorporada no Programa Minha Casa, Minha Vida Entida-

des. Isso levou ao arquivamento do processo de reintegração de posse.

No decorrer do projeto, tornaram-se indisponíveis os recursos públicos para as modalidades do Programa que atendem à chama “faixa 1” por medida do Governo Federal. Então, a CDHU se comprometeu em meados de 2018 a estudar e aprovar o processo administrativo de REURB (Regularização Fundiária com Urbanização). Mas, no mesmo ano, solicitou novamente a reintegração de posse.



Crianças da ocupação Jardim União

Foto: Romerito Pontes

Após manifestação, os moradores conseguiram um prazo de 60 dias para encontrar uma solução, que querem que seja a regularização da área.

OCUPAÇÃO DOS QUEIXADAS

Hoje, o Sindsef-SP está em campanha para arrecadar cobertores e agasalhos, alimentos não-perecíveis e água potável, materiais de cozinha coletiva, materiais de higiene pessoal, roupas e brinquedos para a ocupação dos Queixadas, organizada pelo Movimento Luta Popular em Cajamar.

As 400 famílias dos Queixadas foram vítimas de um despejo ilegal na região de Perus no dia 21 de fevereiro de 2019. O terreno ocioso em questão não cumpria nenhuma função social há mais de 40 anos.

Na ocasião, a Subprefeitura chamou 60 viaturas da polícia para



Doações do núcleo de Pirassunga do Sindsef-SP

retirar à força os ocupantes, sob a justificativa de realizar uma ação de desfazimento. Não houve processo judicial, notificação e os moradores não tiveram qualquer oportunidade de se defender ou negociar uma saída pacífica.

Mais de uma centena de moradores da ocupação estiveram presentes em um debate realizado no salão nobre da Faculdade de Direito da USP do Largo São Francisco, no dia 21 de julho. Lá, uma das representantes dos moradores, Kelly, lembrou que a polícia não permitiu nem que os moradores pudessem retirar os seus pertences e documentos.



Crianças aprendem desde cedo a lutar na Ocupação dos Queixadas

Foto: Sérgio Koci

Seu relato, emocionou os presentes:

“A gente não decide tomar essa decisão de ocupar por vontade própria. As necessidades fazem que a gente faça isso. Nosso dinheiro não dá nem pra pagar o aluguel. Muitas vezes não tem uma alimentação digna para os nossos filhos. Quando a gente ocupa a gente tá em busca de uma vida melhor. Deixar de pagar o aluguel pra fazer uma feira, ter um

leite, uma fruta para os nossos filhos. E quando a gente ocupa vem a policia e tira a gente dali como se nós fossemos um lixo”, disse Kelly.

Mesmo depois deste e outro despejo violento anterior, mais uma vez, numa prova de resistência, os sem-teto ocuparam, no dia 12 de julho, um terreno abandonado em Cajamar.



Primeira ocupação dos Queixadas, em Perus

Foto: Reprodução Google

Aumento do número de pessoas em situação de rua

O número de 105,3 mil pessoas nas calçadas da cidade em 2018, de acordo com dados disponibilizados no site da prefeitura, é 66% maior do que a quantidade de pessoas abordadas na mesma situação em 2016, quando foram contabilizados 63,2 mil indivíduos, e 88% acima da média de 56,1 mil em 2015.

O cálculo oficial de moradores sem-teto no município está defasado, uma vez que é feito a cada quatro anos pela prefeitura por meio da contratação de um censo específico. O levantamento mais recente é de 2015, quando foram contabilizados cerca de 15 mil moradores de rua.

POR QUE AS PESSOAS VÃO PARAR NAS RUAS?

Com a crise econômica, que já dura cinco anos, mudou também a motivação principal que leva as pessoas à rua. A pobreza e o desemprego são as principais causas da condição de rua. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a taxa de desemprego na cidade de São Paulo aumentou 8,1% entre 2016 e 2017, seguida de queda de 8,7% no ano posterior,

entre 2017 e 2018. Atualmente, a taxa de desemprego na capital é de 15,4%.

Segundo o psicanalista e professor de psicologia da PUC-SP Jorge Broide, o desemprego pode ser determinante para o aumento da população de rua porque serve como catalisador de conflitos familiares. Além da questão emocional, a perda de renda empurra as pessoas para as ruas simplesmente porque deixam de conseguir pagar o aluguel - não é raro encontrar famílias inteiras dormindo



Moradores de rua em frente ao grafite de Trump e Bolsonaro fantoche

Foto: Nacido Dece/Reuters

nas calçadas. Cerca de 74% da população de rua trabalha para sobreviver, geralmente fazendo bicos e serviços informais que não geram renda suficiente para alugar um teto.

Os casos de intolerância chamam a atenção: “É a menina que foge de casa porque é estuprada pelo padrasto, a mulher que é espancada pelo marido e o homossexual discriminado pela família”, cita o sociólogo Paulo Magalhães. A frase reflete que

os motivos que levam alguém a morar nas ruas, inclusive, tem a ver com o debate de opressões.

Na cidade de São Paulo, também engordam as estatísticas da população em situação de rua migrantes de outros estados como Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Até mesmo estrangeiros fazem parte desta realidade. Ao longo de 2018, mais de 260 estrangeiros foram abordados como moradores de rua.



Abrigos: teto temporário não pode ser chamado de lar

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) tem 148 serviços para população em situação de rua e aproximadamente 22 mil vagas, sendo 18.411 de acolhimento. A rede também conta com 128 Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs), que juntas disponibilizam 2.335 vagas. Porém, mesmo que todas fossem ocupadas, ainda restariam milhares de pessoas sem proteção.

O frio do mês de julho levou a Prefeitura de São Paulo a desenvolver uma operação especial para acolher a população em situação de rua.

Foram criadas 272 vagas extras de acolhimento. Uma base móvel dos Corpos de Bombeiros foi montada na Praça da Sé e ônibus foram disponibilizados para levar as pessoas até os centros de acolhimento temporário. Isso só aconteceu depois da morte de três moradores de rua durante a noite na primeira onda de frio do mês.

Os sem teto relatam, porém, que os abrigos enfrentam vários problemas, tais como furtos, pouca comida e desavenças entre usuários. “Na primeira noite, roubaram o único par de tênis que eu tinha. Saí de lá a pé, e a polícia ainda me parou por-

que estava descalço”, relatou o mineiro José Marques Soares Guimarães, 37, após deixar o CTA Prates para voltar a dormir na praça da Sé.

Os conviventes dos abrigos reclamam da falta de vagas fixas, para casais e famílias, pois a maioria é para pernoite, e também pedem flexibilidade de horário, especialmente quem trabalha, porque muitas vezes é preciso optar pela alimentação no abrigo ou pelo emprego.

Os abrigados em uma noite, continuam sendo moradores de rua, pois não têm a garantia de ter sua vaga no dia seguinte. Eles precisam de uma casa, que provavelmente,



Foto: Leigh Haugh/Liberty Voice

Sem teto em rua de Nova York

só conseguirão com muita luta. Daí a importância de procurarem se organizar em movimentos de luta por moradia e participar de ocupações.

POLÍTICA HABITACIONAL

Todo apoio aos que lutam por um teto!

Os preços dos aluguéis sofreram um boom no período de crescimento econômico e não reduziram apesar da crise econômica. Por outro lado, as políticas habitacionais foram retraídas.

Diminuiu a oferta de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida - voltadas para o povo mais empobrecido, enquanto aumentou o número de empreendimentos dirigidos para quem tem maior renda.

Programas como o Minha Casa, Minha Vida vieram para facilitar a aquisição de residências em todo o país, mas não conseguiram resolver o drama de milhões de pessoas que não têm onde morar. De 2009 a 2015 o governo federal investiu 100 bilhões de reais na área de Habitação, o que permitiu a construção de 3,7 milhões de unidades habitacionais, de 2009 e 2017.

O Governo Temer cortou o programa que, apesar de insuficiente, era uma alternativa para minimizar o déficit habitacional. Hoje, o Governo Bolsonaro não apresenta nada para política habitacional, para piorar, persegue, criminaliza e dissemina todo seu ódio contra os defensores de direitos humanos, movimentos



Foto: Sérgio Koei

CSP-Conlutas, Sindsef-SP e outros sindicatos filiados à central prestam apoio aos Queixadas

sociais e setores oprimidos.

No âmbito do governo do Estado de São Paulo e na prefeitura prevalece o discurso de que não há recursos públicos, colocando como solução as parcerias público-privadas de habitação. Tais parcerias têm o propósito de atender a necessidades de rentabilidade e não às necessidades dos sem-teto. A medida faz com que se removam os moradores de rua (para abrigos temporários) sem oferecer alternativas.

Enquanto a população de baixa renda sofre com o descaso do Poder Público, os latifúndios urbanos concentram dívidas milionárias e descumprem reiteradamente a Consti-

tuição Federal.

A Prefeitura desrespeita o Plano Diretor, uma vez que há mais de um ano deixou de notificar os proprietários de imóveis que não cumprem a função social da propriedade.

Já o Poder Judiciário – que goza de um imoral auxílio moradia – ignora o descumprimento da lei pelos proprietários e se posiciona, via de regra, pelo despejo e remoção de milhares de famílias, agravando a desigualdade social. Existem inúmeros imóveis públicos em plenas condições de reforma para uso habitacional.

A ausência de soluções e as políticas de habitação aplicadas favore-

cem bancos, seguradores e fundos imobiliários e contribuem para o aprofundamento da crise habitacional.

As ocupações são a resposta das famílias de baixa renda organizadas frente a essa situação, diante da impossibilidade de pagar aluguel ou financiar um imóvel.

O Sindsef-SP – sempre em respeito às deliberações congressuais, na luta pela valorização dos serviços e servidores públicos e contra todas as formas de exploração e opressão – segue apoiando a resistência de cada ocupação, especialmente aquelas do Movimento Luta Pular, que também é filiado à CSP-Conlutas.

O sindicato reitera as reivindicações do conjunto dos movimentos sociais por moradia: por investimento público na viabilização de moradias dignas; contra a especulação imobiliária; pela regularização de energia elétrica, saneamento e prevenção de riscos nas ocupações; pelo cumprimento da função social da propriedade; pela conversão dos edifícios ociosos em moradia popular; e pela regularização fundiária de ocupações.